

IMPACTOS DE GRANDES PROJETOS HIDRELÉTRICOS SOBRE FAMÍLIAS RURAIS: O CASO DA COMUNIDADE “DEUS É AMOR” A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA UHE BELO MONTE**IMPACTS OF LARGE HYDROELECTRIC PROJECTS ON RURAL FAMILIES:
THE CASE OF THE “GOD IS LOVE” COMMUNITY FROM THE
CONSTRUCTION OF THE BELO MONTE UHE**Edilane Bezerra Amorim¹José Antônio Herrera²

Resumo: Este artigo analisa os impactos socioespaciais decorrentes da instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na comunidade Deus é Amor, localizada no município de Vitória do Xingu (PA). A pesquisa identifica transformações nas territorialidades, modos de vida e formas de organização das famílias deslocadas compulsoriamente. A metodologia inclui análise documental, revisão bibliográfica e entrevistas com ex-moradores. Os resultados demonstram que, mesmo com compensações financeiras, a ruptura com o lugar gerou perdas imateriais irreparáveis. A experiência da comunidade evidencia a desestruturação causada por grandes projetos na Amazônia e aponta para a urgência de políticas que respeitem as territorialidades locais.

Palavras-chave: Amazônia; Territorialidade; Hidrelétrica de Belo Monte; Deslocamento compulsório; Impactos socioespaciais.

Introdução

O processo de industrialização brasileira, intensificado a partir da década de 1950, gerou a necessidade de ampliação da infraestrutura energética, especialmente por meio da construção de grandes usinas hidrelétricas. Neste contexto, a Amazônia tornou-se alvo de projetos estratégicos do Estado, com vistas à integração territorial e à exploração de seus vastos recursos naturais, particularmente os hídricos. Tais empreendimentos, no

¹ Graduada em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade Federal do Pará/Campus de Altamira. Mestra em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA). Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Pará (IFCH/UFPA). Pesquisadora do Laboratório de Estudos das Dinâmicas Territoriais na Amazônia (LEDTAM). E-mail: edilaneamorim.ufpa@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2716-916X>

² Doutor em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia e da Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará – PPGEO/FacGeo/UFPA. E-mail: herrera@ufpa.br ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8249-5024>

entanto, têm priorizado interesses exógenos, negligenciando as dinâmicas sociais e culturais locais, com consequências profundas sobre os modos de vida das populações atingidas.

Nessa perspectiva, dar-se ênfase a construção de hidrelétricas na Amazônia, em específico a Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) no município de Vitória do Xingu-PA, que aporta atrelada ao discurso estabelecido de que a região é rica em recursos hídricos, possuindo condições físicas adequadas para a sua construção. Tida como fonte energética limpa, renovável e barata, mas, que se estabelece dissociada de interesses locais, colocada a partir de demandas externas, buscando atender interesses exógenos em detrimento ao local, acaba por provocar uma série de mudanças e problemas sociais e ambientais que impactam nas diversas dimensões da organização em sociedade e além disso acarreta novos significados para o lugar.

O presente trabalho é desenvolvido no intuito de apresentar o histórico de resistência das famílias da comunidade Deus é Amor localizada no município de Vitória do Xingu, e suas relações estabelecidas até a construção da UHE Belo Monte. Destacando a necessidade de valorização da história dessas famílias que foram deslocadas compulsoriamente de seus territórios.

Este estudo se ancora em uma perspectiva crítica da Geografia, compreendendo o território não apenas como base material, mas como espaço vivido, apropriado e dotado de significados pelos sujeitos. A noção de lugar, conforme Santos (2006), refere-se à porção do espaço onde se realizam as práticas cotidianas e onde os laços afetivos e simbólicos são construídos. Já o conceito de multiterritorialidade (Haesbaert, 2014) ajuda a entender como diferentes lógicas territoriais coexistem e entram em conflito, especialmente quando interesses do capital se impõem sobre formas tradicionais de uso do espaço.

A desterritorialização, nesse sentido, não é apenas um deslocamento físico, mas a ruptura de redes sociais, econômicas e afetivas. Em projetos como Belo Monte, os impactos transcendem o aspecto ambiental, atingindo dimensões culturais e identitárias que, muitas vezes, não são contempladas nas políticas de compensação.

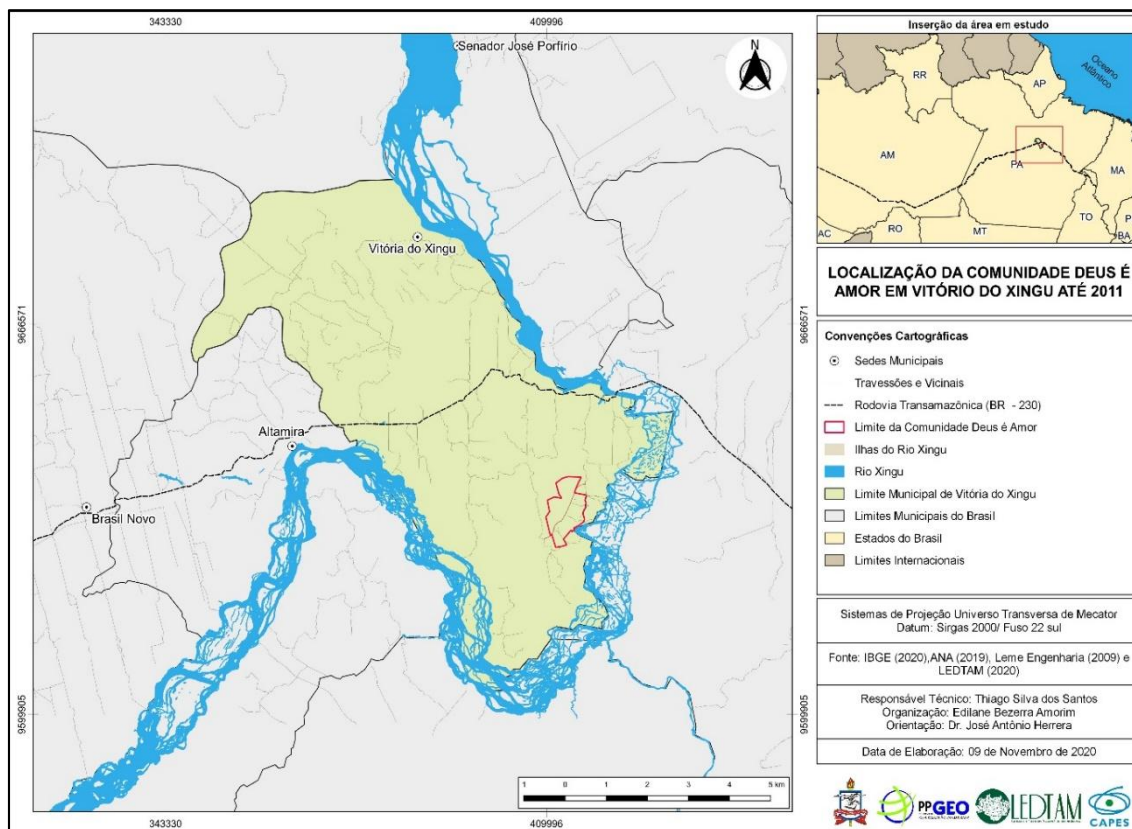
A pesquisa foi desenvolvida com base em três procedimentos principais:

1. Análise documental de relatórios técnicos (EIA-RIMA), estudos acadêmicos e registros institucionais da Norte Energia e de órgãos de fiscalização;
2. Levantamento bibliográfico sobre colonização na Transamazônica, políticas energéticas e conflitos territoriais na Amazônia;
3. Entrevistas semi-estruturadas com ex-moradores da comunidade Deus é Amor, realizadas entre 2019 e 2020, buscando apreender suas percepções e experiências com o processo de deslocamento.

A triangulação dessas fontes permitiu uma compreensão integrada dos impactos da UHE Belo Monte, articulando dados qualitativos e quantitativos à vivência dos sujeitos.

1. Caracterização empírica: a comunidade Deus é Amor e sua configuração territorial

A comunidade, Deus é Amor, localiza-se na vicinal Paquiçamba, no Km 55 leste da Rodovia Transamazônica. Sua ocupação iniciou na década de 1980, e até 2011, contava com 59 famílias, além das casas, a comunidade possuía uma escola que atendia alunos do ensino fundamental menor e maior, uma máquina de arroz, uma farinheira, a sede da associação de produtores rurais, uma igreja católica e duas igrejas evangélicas, além de um campo de futebol, e duas pequenas mercearias. Com o aporte da UHE Belo Monte restou na comunidade apenas 06 famílias e não existe mais nenhum dos espaços destacados na localidade. A seguir, na Figura - 01, destaca-se a localização da área em estudo:

Figura 1: Mapa de Composição da Comunidade Deus é Amor em 2011.

Fonte: IBGE (2020), ANA (2019) Leme Engenharia (2009) e LEDTAM (2020).

A comunidade, segundo os estudos do EIA- RIMA (2009), é pertencente a Área Diretamente Afetada rural, localizada no setor referente ao Reservatório dos Canais. A Norte Energia classificou a parte central das comunidades impactadas pela hidrelétrica como Núcleo de Referências Rural, que é descrita enquanto uma localidade ou mesmo um imóvel rural onde exista infraestrutura, tal como, posto de saúde, escola, comércio, igreja – que é utilizada não só pela população que aí mora, como por aquelas que habitam em locais próximos (RIMA, 2009). Logo, a comunidade Deus é Amor é tratada pelo empreendedor como Núcleo de Referência Deus é Amor, aparecendo por vezes nos documentos oficiais apenas a área central da comunidade, não fazendo referência as demais famílias que estão fora do círculo central da comunidade (RIMA, 2009).

1.1 As duas fases do grande objeto espacial na comunidade Deus é Amor

A Amazônia passa a ser centro de um conjunto de políticas e ações ordenadoras, principalmente a partir da década de 1970, entre elas destaca-se com notoriedade o

Programa de Integração Nacional (PIN) criado pelo decreto Lei nº 1.106/70, com o objetivo de integrar a região amazônica ao restante do país, prevendo-se a sua localização numa faixa de 10 km de cada lado de cada rodovia federal, junto a uma política nacionalista de proteção territorial o Estado brasileiro, na figura do governo militar, lança um programa de colonização, que figurava principalmente na ocupação dirigida de suas terras e abertura de estradas, nesse contexto surge a rodovia Transamazônica (BR-230) (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 1970).

Tendo como objetivo de integrar por via rodoviária, o Nordeste à Amazônia e promover a colonização da área de influência da estrada com o aproveitamento dos excedentes populacionais principalmente nordestinos. Sendo adotado como slogan à época: “Homens sem-terra para terra sem homens” e “integrar para não entregar”. A rodovia Transamazônica é considerada uma estrada pioneira, devido sua construção não obedecer a nenhum parâmetro econômico, porém, caracterizando-se como um instrumento de desenvolvimento das áreas por ela percorrido (VENTURIERI, 2003).

A região apresentava antes da abertura da rodovia, uma dinâmica de exploração extrativista, prioritariamente a coleta do látex, para a produção da borracha (HERRERA; GUERRA, 2006). Com a abertura da estrada, possibilitou-se a implantação e desenvolvimento de projetos oficiais e particulares de colonização direcionada em suas margens.

De acordo com o planejamento, cada trecho da Transamazônica detinha um projeto de colonização, denominado de Projeto Integrado de Colonização (PIC) – em que o INCRA se encarregaria de organizar todo o assentamento, inclusive dá assistência financeira e técnica aos colonos (BECKER, 1997). No sudeste do Pará, foi criado o PIC Marabá, no sentido Leste-Oeste se estendia da cidade de Marabá até o rio Xingu. Seguindo o rio tem-se o PIC Altamira, compreendendo a região do rio Xingu e se estende até a cidade de Itaituba, correspondendo aproximadamente 500 km de extensão ao longo da BR-230 (SOARES, 2019).

(...) a criação do PIC Altamira foi um marco na definição de um modelo de colonização no qual a ação do Estado inova ao definir um padrão de ocupação de fronteira a partir da facilidade de acesso livre aos recursos. A alteração sucessiva da dinâmica regional reflete a relação conflituosa que decorre desta

ação e a emergência de mobilizações, em especial na fronteira agrícola do PIC Altamira (ALONSO E CARLOS, 2006, p 167).

Conforme destacado por Miranda Neto (2016), a primeira fase do PIC Altamira tinha como objetivo o assentamento em três módulos de mil colonos cada, através de um sistema pautado no urbanismo rural, onde o colono poderia trabalhar no lote e residir na área urbana ou então residir no próprio lote. Os módulos de colonização se estendem cada um, por 50 km ao longo da Transamazônica, com estradas vicinais a cada 5 km e penetração de 10 a 12 km. As unidades seriam, em primeiro nível, nucleadas por agrovilas e, em segundo nível, centralizadas por uma cidade-suporte (Agrópolis ou centro urbano de apoio).

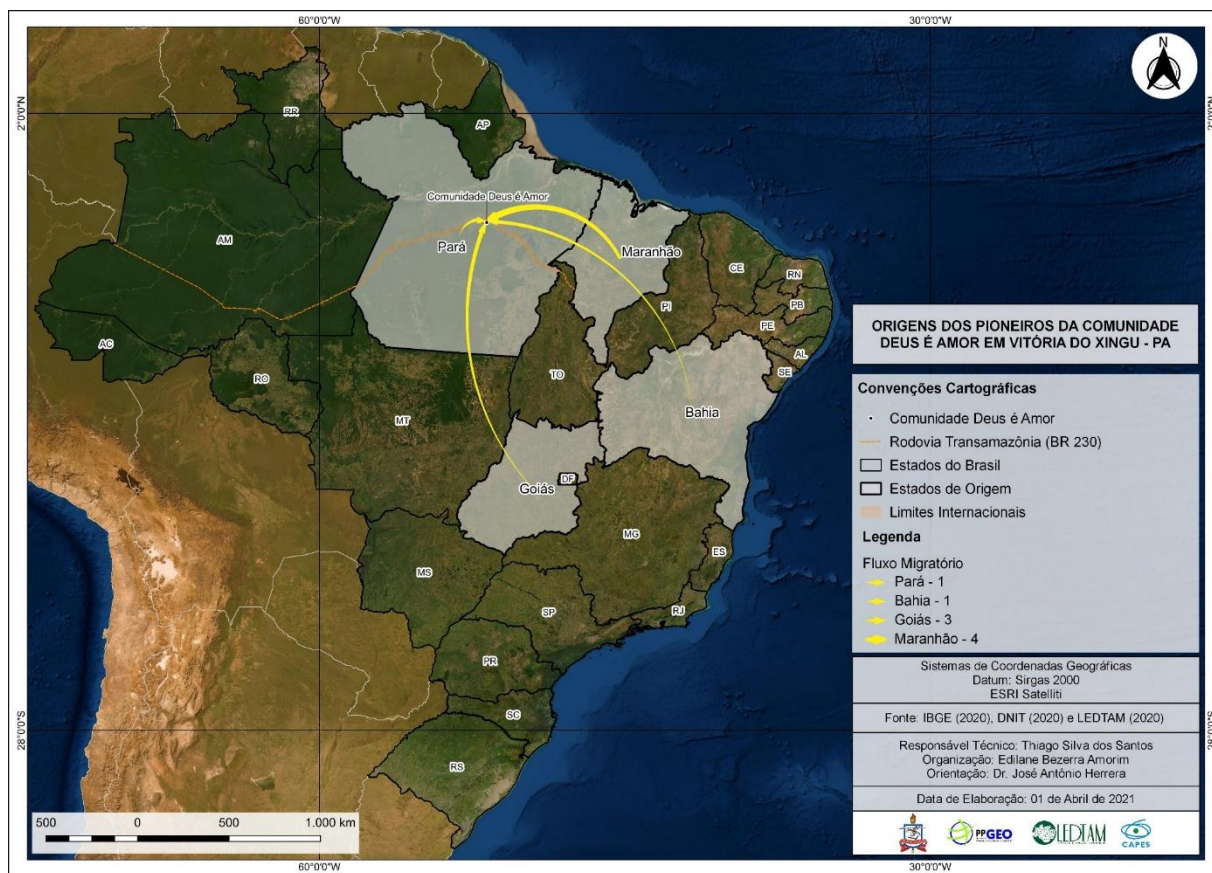
Contudo, contrariando as hipóteses de desenvolvimento dos militares, a colonização dirigida no PIC Altamira não prosperou como planejado, sobretudo pela falta de coordenação entre os órgãos responsáveis pela emissão de títulos de terra e os responsáveis pelo fornecimento de créditos bancários. Outro fator relacionado ao equívoco está em relação a qualidade dos solos das áreas sob influência do projeto de assentamento, que ao contrário do que se pensava não eram naturalmente férteis em toda sua extensão, o que acarretou custos adicionais a serem arcados pelo próprio colono assentado. Assim, a maioria dos núcleos agrários planejados nunca conferiu condições de viabilidade, pelo menos não na velocidade e na qualidade objetivada pelo Governo Militar. De modo geral, estes não conseguiram fixar suas populações devido à falta de recursos para o armazenamento e o transporte da produção, além da ausência de serviços básicos como: infraestrutura viária adequada, assistência técnica, saúde e educação (MIRANDA NETO, 2016).

A política de integração nacional e de colonização, ao contrário do que se propunha, não melhorou o nível de vida da população, não fixou o homem no campo e não promoveu o verdadeiro desenvolvimento da região. Não foram dadas as condições necessárias aos assentamentos. As ações do governo federal favoreceram a instalação das grandes empresas agropecuárias em detrimento aos pequenos produtores que foram estimulados a adentrarem a Amazônia, mas, na prática não houve políticas de incentivo ao pequeno produtor.

Foi a partir desse contexto que os primeiros ocupantes da comunidade Deus é Amor começaram a se deslocar para a microrregião de Altamira, sobretudo das regiões Nordeste e centro-oeste do país, conforme pode ser observado na figura 02. Esses sujeitos vêm em busca de terra e trabalho, motivados pelas propagandas que eram divulgadas pelo governo Federal. Ao aportarem no espaço local, esses migrantes foram se estabelecendo ao longo da rodovia, inicialmente muitos começaram a trabalhar para os fazendeiros que já haviam se estabelecido na região. Posteriormente, com a ineficiência das políticas de colonização, as famílias passam a adentrar a faixa da Transamazônica abrindo os chamados “picadões” a procura de terras para dar continuidade à reprodução familiar, como pode ser observado na fala da entrevistada:

Em 1980 eu vim para o Pará, para o km 20 da Transamazônica, vim eu meu marido e meus dois filhos mais velho, a gente veio trabalhar em uma fazenda dos nossos patrões lá do Tocantins. Mais aí uns seis meses depois meu marido ficou sabendo de umas terras no Cnec que estavam abandonadas, aí a gente foi pra lá, quando chegamos lá só tinha dois moradores, tudo era mata, e um picadão aberto pela firma (...) essas terras era de um soldado e a gente foi e entrou pra dentro, todo mundo chamou nós de doido, porque era de gente do governo, mais mesmo recebendo ameaça a gente não saiu e ficamos com essa terra lá até sair em 2011 por causa da barragem. A terra era muito boa a gente chamava de terra preta (Entrevistada, Diva Ribeiro, 2020).

Conforme ilustrado no mapa (figura 2), os sujeitos pioneiros da comunidade Deus é Amor vieram de vários lugares, trouxeram suas diferenças culturais e experiências e escolheram por destino a comunidade em estudo para estabelecimento, e lá fizeram sua história e construíram pelo exercício diário suas memórias e símbolos.

Figura 2: Mapa de origem das famílias pioneiras da comunidade Deus é Amor.

Fonte: IBGE (2020), DNIT (2020) e LEDTAM (2020).

Os programas de colonização ofertados pelo governo federal a partir da década de 1970 serviram como uma primeira frente de abertura e estruturação das políticas territoriais seguintes, pois a exploração dos recursos naturais era apontada como única forma de integração da Amazônia à economia nacional. Intensificando-se assim a exploração mineral nas fronteiras agrícolas e exploração do potencial hídrico para produção de energia elétrica, colocados como forma de garantir o desenvolvimento regional.

Para que os projetos Agrominerais fossem possíveis de se estabelecerem na Amazônia, as políticas passam a se voltar para a criação de programas que deem condições iniciais a expansão desse mercado, criando o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA) 1974-1980, para assim promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais na Amazônia. Isso provoca uma série de impactos aos ecossistemas e a

sociedade local, sendo a principal razão para a construção da hidrelétrica de Tucuruí no estado do Pará (CALVI, 2019).

Por esses polos industriais serem altamente demandadores de energias, o Estado brasileiro é tencionado a ampliar a sua matriz de geração e distribuição de energia e também para suprir a defasagem de energia no país, sendo a Amazônia novamente destaque para a instalação de hidrelétricas devido ao potencial hídrico ao qual dispõe (CALVI, 2019). Neste contexto, iniciam-se no ano de 1975, com ações da Eletronorte, os primeiros estudos de inventários hidrelétricos da Bacia Hidrográfica do Rio Xingu, onde se constatou um potencial hidrelétrico de grandes proporções. Nessa época foi realizado o primeiro mapeamento do rio o projeto de localização de barragens, prevendo 05 barragens ao longo do rio Xingu e uma no rio Iriri (NORTE ENERGIA, 2020).

Através desses estudos ocorreu a facilitação para adentramento as terras do que posteriormente consolidou-se comunidade Deus é Amor, pois, as empresas CNEC (Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores) e SONDOTEC (Engenharia de Sondagens e Fundações) que fizeram os estudos de viabilidades da construção das barragens no rio Xingu, realizaram a abertura das estradas de acesso para prospecção na área, possibilitando em seguida que as famílias buscassem ali estruturas para suas reproduções.

2. Complexo hidrelétrico de Altamira, Babaquara e Kararaô: Marcas da história

Os estudos do Inventário Hidrelétrico da Bacia Hidrográfica do rio Xingu iniciaram em 1975, sendo concluída em 1979, indicando um potencial hidrelétrico estimado em 20.270 MW (NORTE ENERGIA, 2020). Na época a estimativa era que tal potencial era equivalente a pelo menos 67% do total de toda capacidade de energia elétrica do Brasil (CALVI, 2019). O inventário propôs cinco grandes barragens ao longo do rio Xingu e uma no rio Iriri. Tais barragens trariam grandes consequências ambientais e sociais para a região, alagando aproximadamente 18.365 km² de floresta amazônica e atingiria sete mil indígenas, de 12 Terras Indígenas, além dos grupos isolados da região (FEARNSIDE, 2018).

Foram iniciados em 1980, pela Eletronorte, os Estudos de Viabilidade do Complexo Hidrelétrico de Altamira, composto pelos aproveitamentos de Babaquara e Kararaô. Os estudos desse Complexo concentraram-se inicialmente no desenvolvimento do primeiro

aproveitamento, cujo eixo era previsto para o rio Xingu, a cerca de 10 km a montante da cidade de Altamira. No entanto a partir de 1986, estudos realizados pelas Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás) indicavam que a entrada em operação comercial da UHE Kararaô era a melhor opção para o momento, direcionando-se todos os esforços para o projeto da UHE Kararaô (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

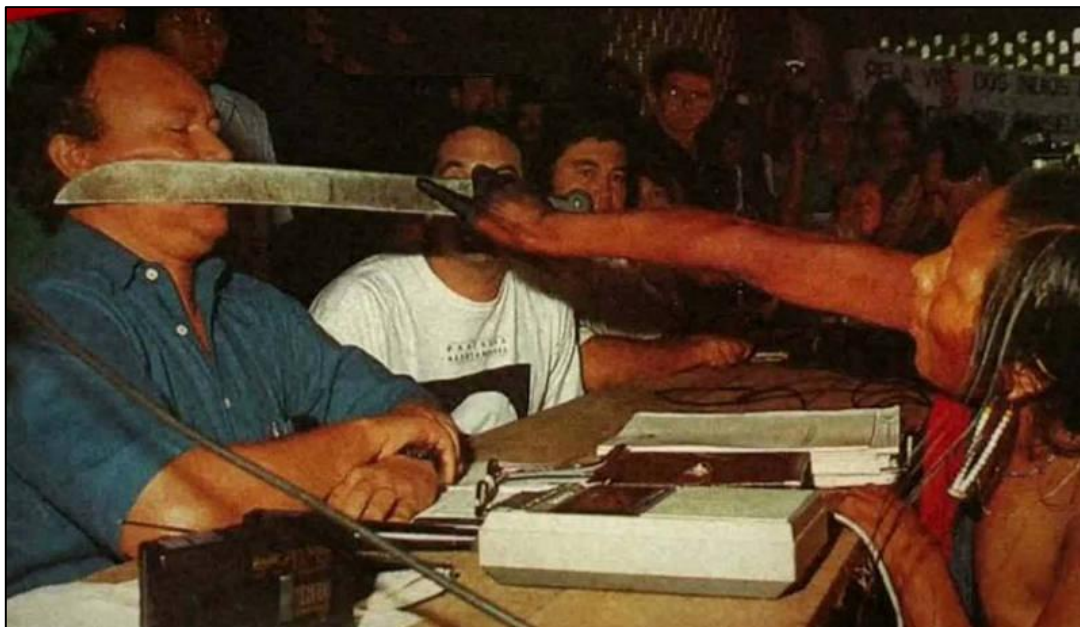
Em 1987, a Eletrobrás elaborou o “Plano 2010” listando barragens que deveriam ser construídas até o ano de 2010 no território brasileiro. O relatório foi lançado somente depois que ele havia sido vazado para o público. Dentro desse plano, Kararaô foi indicada para construção até 2000 e a hidrelétrica de Babaquara até 2005. O referido plano de barragens provocou uma série de críticas por membros de organizações sociais e estudiosos da área. Tais críticas fizeram com que o governo brasileiro nunca mais lançasse seus planos completos para projetos de barragens na Amazônia, liberando apenas planos decenais para as barragens a ser construída nos 10 anos subsequentes e planos ocasionais de médio prazo (FEARNSIDE, 2018).

Em 1989 aconteceu a conclusão dos primeiros estudos de viabilidade da Hidrelétrica de Kararaô, neste período que os povos indígenas tomaram conhecimento da proposta que estava em curso do barramento do rio para a instalação do complexo hidrelétrico e, começam a se articular e fazer mobilizações para impedir que esse projeto tivesse continuidade. Todas essas mobilizações resultaram no I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, ocorrido ainda em 1989, protestando contra as decisões tomadas sobre a Amazônia sem a participação dos povos indígenas, em especial o posicionamento contrário à construção do complexo hidrelétrico no rio Xingu. O evento reuniu mais de três mil pessoas, entre representantes da população local e povos indígenas (HERRERA; MOREIRA, 2013).

O evento foi marcado pela jovem índia Tuíra, do povo Kaiapó, encostando a lâmina de um facão contra o rosto de José Antônio Muniz Lopes, à época, diretor de Planejamento e Engenharia da estatal Eletronorte (figura 03). As cenas deste episódio percorreram o mundo, tornando-se símbolo da resistência social na luta contra a construção de barragens.

O encontro se tornou um marco na luta de resistência contra a construção de hidrelétricas na Amazônia, levando a suspensão do financiamento da obra. Durante o evento, a denominação Kararaô, que significa “grito de Guerra” foi substituída por Belo Monte, na tentativa de minimizar o conflito com os povos indígenas.

Figura 3: 1º Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, Índia Tuíra Kaiapó com o facão no rosto do diretor da Eletronorte

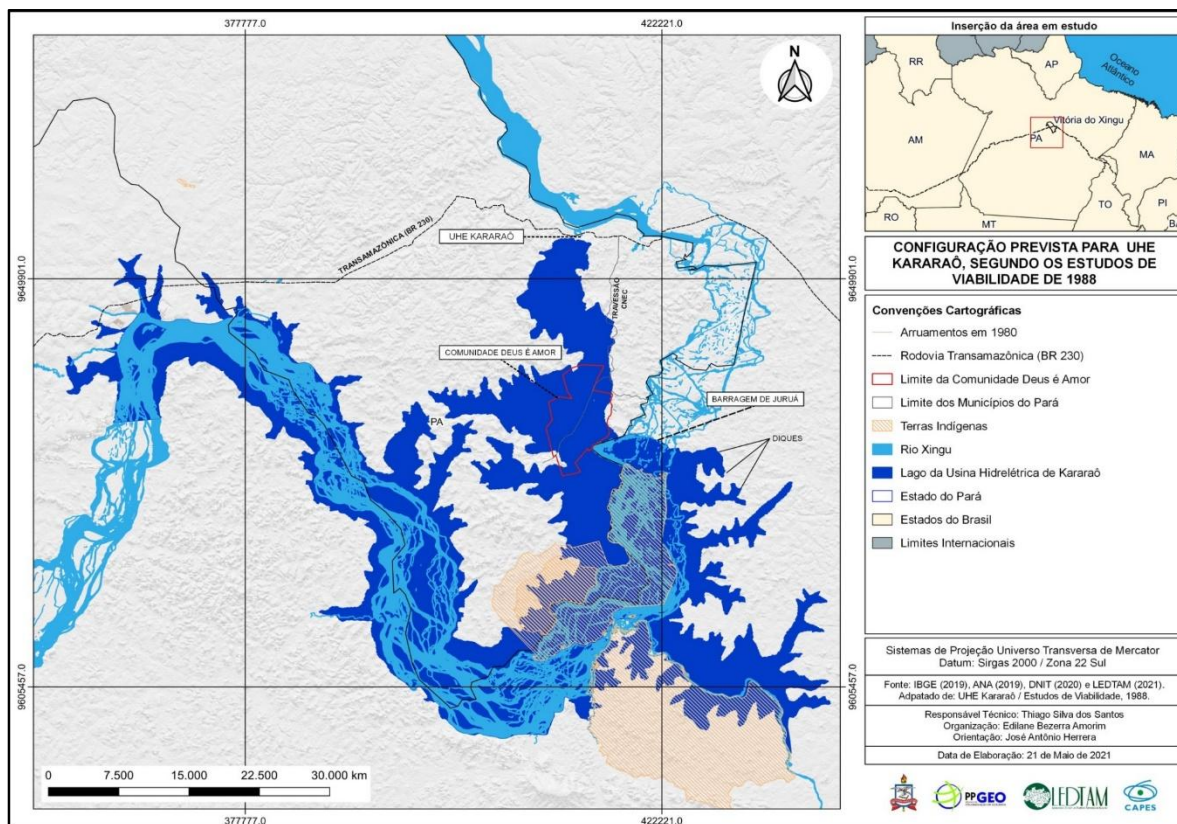


Fonte: <https://www.museudeimagens.com.br/india-tuira> (acesso em 19/05/2021).

A hidrelétrica Kararaô (renomeada para “Belo Monte”) teria uma área alagada de 1.225 km² nas duas alternativas estudadas. Os deplecionamentos previstos seriam de 19,3 a 23,3 m para Babaquara, e de 1,0 m para Kararaô. Inundaria as terras indígenas Paquicamba e parte da terra indígena Arara da volta grande do Xingu, além de grande parte do vale do rio Bacajá, conforme pode ser observado na figura 04 mais adiante.

Os estudos de viabilidade técnica e econômica da UHE Kararaô concluíram pelo aproveitamento de 11.000 MW, distribuídos em 20 unidades de 550 MW cada, com motorização progressiva e sequencial, a ser concluída em um prazo de cinco anos após o início de operação da primeira unidade. O arranjo do empreendimento incluía o barramento do rio no sítio Juruá, onde se situava o órgão extravasor, já a Tomada d'Água e Casa de Força – situavam-se 22 km ao norte, no sítio Kararaô. A adução até a área da usina se dava por um sistema de canais criado pelo reservatório na margem esquerda do rio. Completavam o conjunto de estruturas do aproveitamento 20 diques de terra dispostos entre os sítios Kararaô e Bela Vista, cuja função era conter o reservatório na margem esquerda, formando um sistema de canais de adução até a Tomada d'Água (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

Figura 4: Mapa da configuração prevista para a UHE Kararaô.



Fonte: IBGE (2019), DNIT (2020) e LEDTAM (2021).

Ao analisar o mapa da figura 4, percebe-se que a comunidade Deus é Amor ficaria totalmente imersa pela construção da usina hidrelétrica. Nesse sentido, os estudos de viabilidade de Kararaô que serviu como impulso para as famílias adentrar as terras, logo seria o responsável pela remoção dessas famílias que acabará de chegar em busca de estabelecer novas territorialidades em busca de suas sobrevivências. Nesse sentido, as famílias passam a se organizar e resistir frente ao processo de implantação desse empreendimento.

Caso a hidrelétrica tivesse sido efetivada em tal época, como era previsto, o término da obra em 2000, os impactos as famílias da comunidade possivelmente teriam sido ainda mais danosos, tendo em vista que ainda não existia uma organização social consolidada na busca de minimização dos impactos e na garantia do respeito aos direitos mínimos, assim como o processo produtivo da terra ainda não estaria consolidado, o que gerava incertezas quanto a permanência no lugar pelas famílias, mas que sempre estiveram dispostas a se organizar e resistir para manutenção do lugar.

3. “Adequar” para construir: a nova roupagem para a construção da hidrelétrica no rio Xingu

Depois de inúmeras pressões dos povos indígenas e organizações sociais locais, que resistiam bravamente contra a construção da hidrelétrica no rio Xingu, em 1994, novos estudos foram feitos na região, constatando a viabilidade de diminuição da área de inundação e uma “garantia” de não inundação das terras indígenas. Como resultado teve-se a redução da área de 1.225 km² para 516 km², com a previsão de criação de dois canais de derivação.

Nos anos seguintes, até 1999, a Eletronorte fez modificações geográficas e técnicas relevantes no projeto, e renomeando o para CHBM (Complexo Hidroelétrico de Belo Monte), somente com as obras da primeira usina na Volta Grande, tendo ocorrido considerável redução da dimensão original do projeto (MOREIRA, 2018).

Em 2000 ocorreu uma “crise” energética, ocasionada pela insuficiência de água nos reservatórios da região Centro-Sul do país, afetando a oferta de energia elétrica em algumas regiões, devido à dificuldade de transmissão e as condições hidrológicas desfavoráveis de grande parte das regiões Sudeste e Nordeste (FAINGUELERNT, 2016). Isso fez com que o complexo hidrelétrico planejado para a região do Xingu voltasse a ser foco do Estado brasileiro, passando a ser apresentado como a solução para problemas energéticos que o país enfrentava. Neste mesmo ano, a Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (FADESP) foi contratada pela Eletronorte para elaborar o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte.

Em 2001, o MPF movimentou uma Ação Civil Pública (ACP) para suspender o EIA de Belo Monte por vários motivos, alguns estando relacionados à obrigatoriedade de consultar os indígenas que seriam afetados e obter autorização do congresso nacional (FAINGUELERNT, 2016). Além disso, o Ministério Público Federal (MPF) foi acionado por diversas vezes por movimentos sociais. O MPF alegava que havia problemas quanto ao local do licenciamento, emitido pela Secretaria do Meio Ambiente do Pará (SEMA), sendo que este licenciamento deveria ser emitido por meio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já que se tratava de um rio federal (MOREIRA, 2018).

Em 2002, foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) novos levantamentos, mas o EIA é novamente paralisado a pedido do Ministério Público Federal,

alegando que a Eletronorte esperava que o processo de estudos para concessão do licenciamento fosse feito pela FAPESP e não pelo IBAMA, que é o órgão competente, assim, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) não pôde ser concluído.

No ano de 2005 o Ministério de Minas e Energia oficializa ao Ministério do Meio Ambiente (MMA) e à Fundação Nacional do Índio (FUNAI). No mesmo ano o Congresso Nacional autoriza a Eletrobrás completar o EIA, e é assinado o acordo de cooperação técnica entre a Eletrobrás e as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e Norberto Odebrecht para a conclusão dos estudos de viabilidade técnica, econômica e socioambiental da UHE Belo Monte (NORTE ENERGIA, 2020).

No ano seguinte, 2006, a Eletrobrás solicita ao IBAMA a abertura do processo de licenciamento ambiental prévio, e começa a ser elaborado o EIA. Poucos meses depois o licenciamento ambiental de Belo Monte foi mais uma vez suspenso, impedindo que os estudos sobre os impactos ambientais avançassem, já que alegavam que os povos indígenas atingidos deveriam ser ouvidos pelo Congresso Nacional (FAINGUELERNT, 2016). Ainda em 2006 o IBAMA realizou a primeira vistoria técnica na área do projeto.

Depois de diversos entraves judiciais, o EIA do UHE de Belo Monte foi autorizado a continuar e são realizadas vistorias técnicas pelo IBAMA e reuniões públicas nos municípios de Altamira e Vitória do Xingu para discutir a respeito do Termo de Referência para o EIA. No ano seguinte, 2008, o Conselho Nacional de Políticas Energéticas define que o único potencial hidrelétrico a ser explorado no rio Xingu será o da UHE Belo Monte, e a ANEEL aprova a atualização do Inventário apenas com essa usina na bacia do rio Xingu. Em março de 2009 é solicitado a Licença Prévia (LP) e em abril o IBAMA realiza nova vistoria técnica na área do projeto. Em maio de 2009 são entregues ao IBAMA o EIA e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (NORTE ENERGIA, 2020).

Na linha histórica de resistência à construção de barragens no rio Xingu, após dezenove anos do I Encontro de Povos Indígenas em Altamira, foi realizado o Encontro Xingu Vivo para Sempre (2008), reunindo representantes das principais populações atingidas, movimentos sociais, Instituto Socioambiental (ISA), Prelazia do Xingu, organizações da sociedade civil, pesquisadores e ambientalistas.

Estiveram presente nesta ocasião mais de 800 indígenas da bacia do rio Xingu, agricultores, ribeirinhos e moradores das cidades de influência da UHE Belo Monte. O encontro uniu todos os povos envolvidos na defesa de direitos históricos, culturais e naturais do território, passando a agregar além da resistência propostas para que se tenham um desenvolvimento sustentável das populações em concomitância com os recursos naturais do território (HERRERA; MOREIRA, 2013).

Na ocasião, um grupo de indígenas revoltados com a afirmação de que o governo iria construir Belo Monte, custasse o que fosse necessário, entrou em confronto com o funcionário da Eletrobrás, Paulo Fernando Rezende, que recebeu socos e cortes no braço. Mais uma vez aparece em cena a lâmina do facão como símbolo de resistência dos povos indígenas, como apresentado em destaque na figura 5.

Figura 5: Indígenas agredem funcionários da Eletrobrás.



Fonte: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil> (acessado em 24/05/2021).

O encontro possibilitou a organização da rede Xingu Vivo para Sempre (que passou a articular importantes ações e denúncias contra as possíveis irregularidades na construção da obra) e esclarecimentos do projeto hidrelétrico. O resultado foi a elaboração da Carta “Xingu Vivo para Sempre” que teve como objetivo apresentar uma nova proposta de desenvolvimento para a região do Xingu às autoridades públicas (FAINGUELERNT, 2016).

No início de 2010 o IBAMA concedeu a Licença Prévia da obra, com pelo menos 40 exigências de adequação. Em abril do referido ano o Governo Federal realizou o leilão de concessão para construção e operação da UHE Belo Monte, com prazo de 35 anos, tendo como grupo vencedor o Consórcio Norte Energia S.A.

Em junho de 2011, o IBAMA emitiu a Licença de Instalação nº 795/2011, permitindo o início das obras da UHE Belo Monte. Nesta mesma data, as obras são iniciadas. Em novembro de 2015 o mesmo órgão concede a Licença de Operação (LO) nº 1317/2015 da UHE Belo Monte.

Como destacado por Herrera e Pragana (2013), ao entrevistarem uma das lideranças do movimento Xingu Vivo para Sempre, a mesma relatou a angústia vivenciada pela instalação de Belo Monte no território e o não cumprimento das condicionantes necessárias para a continuidade da obra:

Esse projeto representa a morte, foi colocado de goela abaixo, até hoje não foi atendida nenhuma condicionante se quer e eles trabalham, mentindo, ameaçando e fazendo pressão no povo (Liderança do Movimento em agosto de 2012) (HERRERA; PRAGANA, 2013, p. 145).

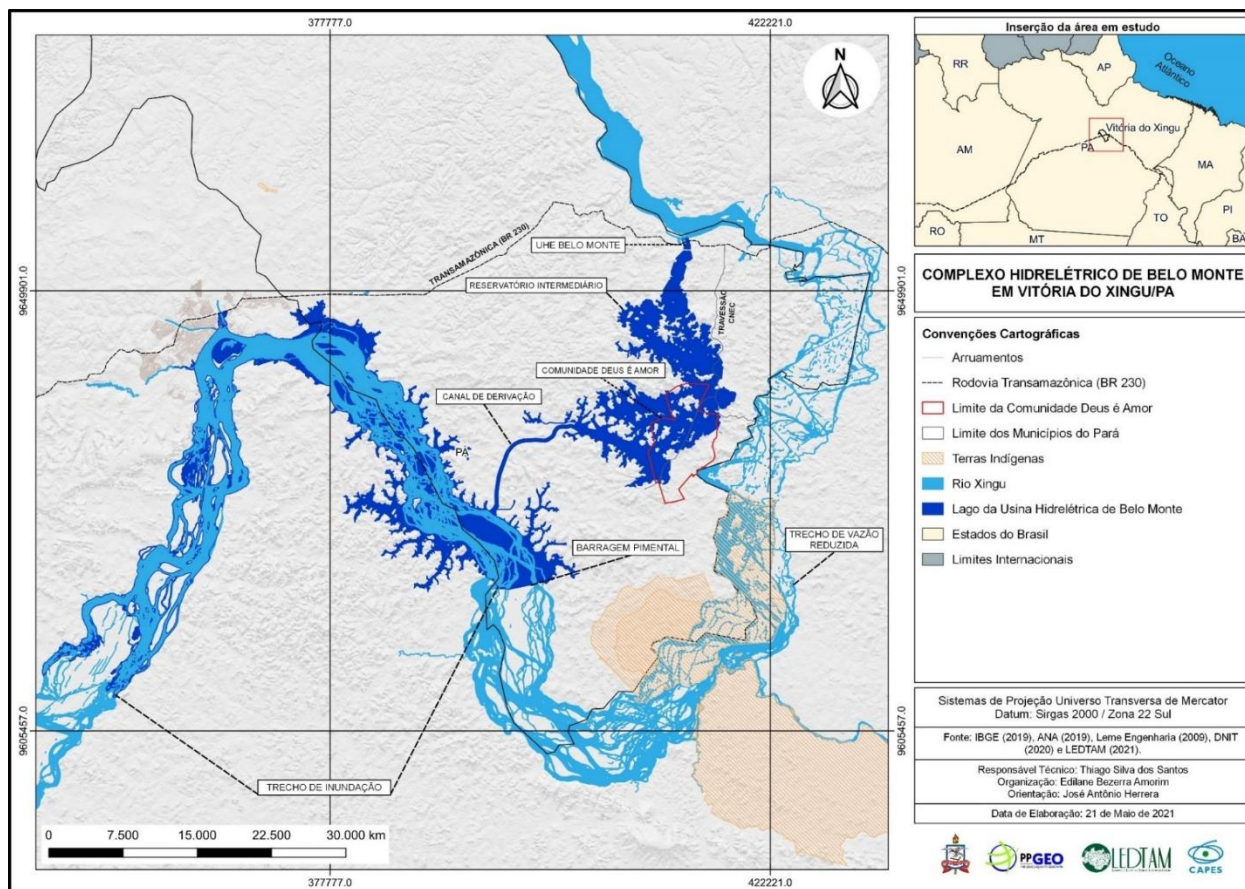
Conforme apresentado no fragmento de entrevista, a hidrelétrica de Belo Monte continua a ser inserida no território mesmo com as inúmeras alegações por parte da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais e até do Ministério Público Federal que ajuizou algumas ações civis públicas pedindo paralização emergencial da continuidade da obra até que se cumprir as condicionantes. Porém, mesmo com os inúmeros entraves, a obra prosseguiu.

Mais tarde, com a obra quase concluída, em abril de 2016 tem-se o início da operação comercial do empreendimento, sendo liberadas ainda no mesmo ano várias unidades geradoras, tanto da casa de força principal como complementar. Em 2017, o potencial instalado para operação comercial da UHE Belo Monte já chegava ao montante de 4.510,87 MW. Seguiu crescendo nos dois anos posteriores e, no fim de 2019, iniciou a operação comercial da última unidade geradora da casa de força principal, levando a UHE Belo Monte a alcançar um total de 11.233,1 MW de potência instalada, sendo estas distribuídas em 11.000 MW na casa de força principal e 233,1 MW da casa de força complementar no sítio Pimental. A UHE Belo Monte está totalmente concluída e pronta para operação, tornando-se a maior hidrelétrica 100% brasileira. Foi inaugurada oficialmente em 27 de novembro de 2019 (NORTE ENERGIA, 2020).

O arranjo geral configurado no projeto do complexo hidrelétrico de Belo Monte pode ser observado na figura 6, mapa em que é apresentando sítios distintos e distantes entre si, desde as obras do barramento propriamente dito do rio Xingu, no sítio denominado Pimental, até o sítio denominado Belo Monte, onde se encontra a Casa de Força Principal. Entre estes dois sítios estão construídos o sistema de adução à Casa de Força Principal, constituído pelo Canal de Derivação e pelo Reservatório Intermediário (formado por diques e canais de transposição).

O Sítio Belo Monte fica na margem esquerda do rio Xingu, localizado a 52 km da cidade de Altamira pela rodovia Transamazônica, já o Sítio Pimental a jusante da cidade de Altamira, quanto à ocupação de territórios municipais, o Sítio Belo Monte situa-se inteiramente dentro dos limites do município de Vitória do Xingu, enquanto que o Sítio Pimental ocupa áreas em Vitória do Xingu e em Altamira, com seu eixo de barramento posicionado na calha do rio Xingu (ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAL, 2009).

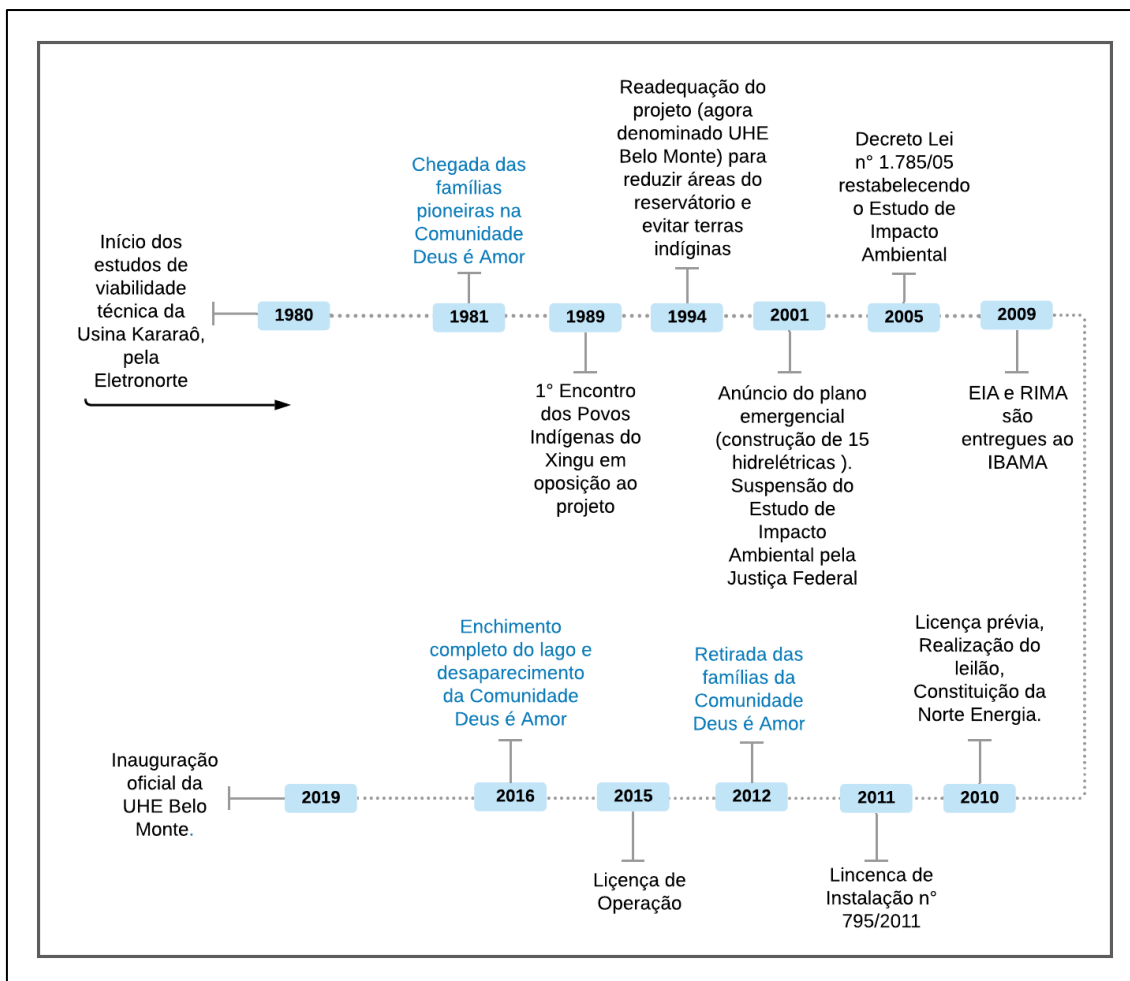
Destaca-se a significativa redução de área inundada e o aumento do trecho do rio Xingu com vazão remanescente, ao comparar com o mapa da figura 05 do arranjo geral da UHE Kararaô.

Figura 6: Mapa da configuração do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte.

Fonte: IBGE (2019), ANA (2019), Leme Engenharia (2009), DNIT (2020) e LEDTAM (2021).

A UHE Belo Monte até se concretizar, 100% concluída, foi palco de várias lutas e resistência da população local contra esse modelo de desenvolvimento que é posto verticalmente na região amazônica. “Eles trazem desordem às regiões onde se instalam porque a ordem que criam é em seu próprio, exclusivo e egoístico benefício” (SANTOS, 2014, p. 144). Tal afirmação já comprovada no caso da implantação da UHE-Belo Monte, quando Alvarez (2020) explicita sobre a ordem e a desordem no território em virtude das políticas de ordenamento do território tecidas para a Amazônia.

Figura 7: Principais marcos relacionados a construção da UHE Belo Monte e a comunidade Deus é Amor.



Fonte: Autora, 2021. Inspiração: Indicadores de Belo Monte – FGV, 2016.

O contexto revela diversos desafios comuns às populações e ao desenvolvimento regional, ao que parece no que compete a construção de grandes projetos na Amazônia, existe uma repetição do padrão de políticas públicas, que seguem desrespeitando os direitos e as vozes das populações tradicionais, indígenas e de todos os moradores que são atingidos por estes eventos, que por vezes são colocadas como “entraves” ao próprio desenvolvimento econômico regional.

Mesmo com as modificações e as reduções do nível de alagamento da UHE Belo Monte, a comunidade Deus é Amor foi totalmente afetada pelo empreendimento, pois parte do lago de Belo Monte, no setor de reservatório dos canais, adentra na comunidade e a pequena área que não foi inundada passou incorporar a Áreas Remanescentes.

O empreendimento antes mesmo de se consolidar já promoveu rupturas nas histórias, os laços construídos ao longo de mais de vinte anos pelos sujeitos. Mais uma vez, as famílias são

lançadas a incertezas, assim como na chegada da maioria na região da Transamazônica no fim da década de 1970. Neste caso, não só os pioneiros que ocuparam aquelas terras e produziram o lugar, mas, junto com eles seus filhos e netos vivenciaram esse processo. O empreendimento é impiedoso com o que há de mais subjetivo, arranca todas as condições que fazem dessa comunidade um lugar, tornando-a apenas memória. Esses sistemas técnicos que servem aos atores hegemônicos têm a mesma composição sempre, e, não levam em consideração as dinâmicas dos lugares aonde chegam e se instalam (SANTOS, 2013).

Os sujeitos na Amazônia têm por gênese a migração como destino, seja ela por uma necessidade para reprodução da vida, condicionado pela contraditória realidade brasileira ou pela mobilidade do capital. A comunidade sofreu esses processos migratórios, outrora pela necessidade de ocupar para explorar, agora novamente exigidos a sair e dar lugar às estruturas espaciais capitalistas, tendo suas histórias marcadas por rompimentos em suas territorialidades.

O papel da Amazônia no desenvolvimento do país deveria implicar a garantia de direitos dos povos e a proteção ambiental dos territórios. No entanto, um dos maiores desafios ainda presentes na região se relaciona à consideração dos conhecimentos e do bem-estar dos povos amazônicos (FAINGUELERNT, 2016).

4. A comunidade Deus é Amor: organização e resistência perante a instalação de Belo Monte no lugar

Como medida mitigadora aos impactos de Belo Monte, foi proposto o Plano de Atendimento à População Atingida, com diferentes programas e projetos voltados para a negociação de imóveis e benfeitorias, o reassentamento da população, a recomposição das atividades econômicas rurais e dos equipamentos sociais e da infraestrutura de acessos que fossem prejudicados em virtude da inserção de Belo Monte.

No caso da comunidade, as medidas tomadas pelo empreendedor conforme descrito pelos entrevistados na pesquisa empírica, foi a indenização em dinheiro as famílias que eram titulares propriamente das terras e concessão de carta de crédito no valor fixo de R\$ 131.902,37 aos moradores arrendatários e ou meeiros que se enquadrassem dentro dos critérios do empreendedor.

As primeiras reuniões com a comunidade para debater sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte iniciou em meados de 2007, sendo tais reuniões ampliadas e tornadas constantes

a partir de 2010. Os entrevistados relatam que nas reuniões que ocorriam os representantes apresentavam o projeto e descreviam que as coisas iriam mudar para melhor, que aquela região iria ser beneficiada financeiramente e que as estruturas sociais se ampliariam. Mas, segundo os próprios entrevistados, a realidade foi bem diferente da discursada.

No fragmento de entrevista que se segue apresenta um pouco da narrativa que era feita pelo empreendedor:

Quando eles iam pra lá eles avisavam o presidente da associação, que reunia o pessoal, logo no começo ninguém queria. Aí eles iam faziam as reuniões explicando ne, tudo, como é que ia ser, diziam que as coisas iam mudar tudo, Altamira ia ficar muito boa, ia correr muito dinheiro, o colono não ia se dá mal, o colono ia se dá bem. Ai todo mundo tinha aquela dúvida. Vinham as inquietações, mas nós vamo sair daqui, pra onde nós vamo? Mas eles sempre com aquelas promessas, né? Quando sair daqui, se alguém quiser o dinheiro e quiser comprar outra terra ele compra aonde ele quer, ele pode escolher, onde ele se agrada e quem não for indenizado a Norte Energia dá o jeito dela pra colocar o colono que não tem terra no lugar apropriado. Aí eles abriam o espaço pro pessoal perguntar. Aí o pessoal perguntava e se eu não for indenizado? Aí eles diziam a se não tiver a terra a Norte Energia vai colocar vocês para morar em um lugar dignamente. Ai todo mundo se conformava ne. Eles explicavam muita coisa, mais nunca foi a realidade do que aconteceu no final, no final foi diferente (Entrevistado, José Felix, 2020).

A fala transcrita do entrevistado remete ao discurso comum na construção de todo grande empreendimento, o do convencimento que tais empreendimento impulsionam o desenvolvimento local e regional, sendo colocado como bem necessário para ampliar as possibilidades da sociedade. Na prática, o empreendimento hidrelétrico Belo Monte representa em sua ideologia desenvolvimentista, o favorecimento à expansão capitalista, gerando impactos nas relações sociais e ambientais do território e criando a desestruturação das áreas que estão sob influência deste empreendimento.

A reprodução do capital por meio da hidrelétrica de Belo Monte desencadeia uma série de transformações no modo de vida e perspectivas dos sujeitos da comunidade. Quando questionado aos ex-moradores, qual o sentimento da comunidade em relação a Belo Monte, eles deixam claro que não era o desejo da comunidade que a hidrelétrica fosse construída e que lutaram para que esse projeto não se materializasse.

Um pouco dessa resistência pode ser observado no trecho de entrevista abaixo:

O pessoal tinha muito medo de não dá certo, porque o pessoal falava muito mal desse negócio de barragem, né? Aí vinha gente de Tucuruí da palestra que eles não pagava, aí tinha outros que vinha dava apoio. A gente fica naquela incerteza né, o certo mesmo era continuar lá na nossa terrinha, que a gente já tinha tudo construído (...). Mais

quando eles iam lá fazer as reunião, nós também se mobilizemo, quando eles vinha com uma proposta, nós botava a da gente também né? Inclusive nós fizemo muita greve lá quando já tava no quente da barragem, a gente fechamo estrada, fizemo eles rever o caderno de preço, porque eles tavam pagando muito barato no pé de cacau na primeira proposta, e o que ia poder dá um dinheirinho a mais pra gente era o cacau né, que era o que a maioria dos colonos da região plantava (Entrevistado, Antônio Amorim, 2020).

Deixar suas terras, mais do que isso, sair de seu lugar, para essas famílias significaria a perda da identidade, do pertencimento, dos laços de afetividades construídos ao longo de décadas e, além disso, significaria o surgimento de incertezas, pois é um deslocamento compulsório, forçado sem um planejamento prévio, conforme pode se observar nas falas dos ex-moradores:

Nós sempre falava, nós não quer, nós não quer sair, porque nós não sabe pra onde vai, aqui é um local bom, sadio, criei minha família todinha lá, os colono tudo criou as famílias lá, e ninguém quase nem adoecia, e ai pra Norte Energia tira nós e, nós ficava com aquela preocupação pra onde nós ia né? E justamente foi isso que aconteceu, quando eles tirou nós, eu mesmo não sabia pra onde eu ia. Eu fui pra Altamira passei um tempo lá, sem rumo (Entrevistado, José Felix, 2020).

Foi muito difícil pra gente conseguir uma terra e se localizar né, ia pra um lado, ia pra outro e não achava uma terra do agrado, e outros comprou de qualquer jeito, né? (Entrevistado, Antônio Dórico, 2020).

Os entrevistados relataram que mesmo com as inúmeras reuniões feitas pela Norte Energia, não ficou claro sobre como iria funcionar o processo de retirada das famílias, o que gerava ainda mais incertezas para os sujeitos.

Como forma de desestruturar a organização comunitária o empreendimento adotou a estratégia de retirar primeiramente os líderes da comunidade, com indenizações com o valor além do esperado por estes.

Em 2011 nos saímos, nós fomos às primeiras famílias a sair, porque a Norte Energia invadiu nossas terras, a minha e a do meu irmão, que era o presidente da associação (Entrevistada, Ana Silva, 2020).

Ao adotar essa estratégia o empreendedor causa nas famílias certo temor, eles relatam que já ouviam falar que se não aceitassem a primeira proposta teria que ir pra justiça, um processo que se penduraria e que tenderia a diminuir ainda mais o valor da indenização. Os ex-moradores entrevistados optaram por aceitar a proposta indenizatória sem questionar reajuste, os mesmos acrescentam que não se sentiram insatisfeito com a quantia recebida, ressaltando

que a questão não é o valor da indenização em moeda brasileira, mas os desgastes físicos e psicológicos que foram submetidos com o processo de saída forçada do território.

No relato dos entrevistados fica evidente o sentido de permanecer, o saudosismo do lugar, um deles relata:

Lá pra mim foi o melhor lugar que eu já morei ô. Não existe um lugar tão bom como aquele no Estado do Pará todinho (risos). Eu sinto saudade dos amigos, do rio, da fartura, dos peixes de tudo (Entrevistado, José Felix, 2020).

Com a narrativa dos sujeitos, sobressai-se a compreensão de que há coisas que o dinheiro não pode comprar, como as relações sociais que foram estabelecidas ao longo dos anos com e naquele lugar. Como explicitado na fala do entrevistado:

Na terra que eu tinha lá eu conseguir terra para quase todos os filhos, eu conseguir 5 lotes em cima só desse lote lá. Por esse lado aí foi muito bom, só o que eu achei mais ruim foi porque eu sair de lá eu nunca me dei em canto nenhum, eu não gosto daqui, eu fui pra Altamira eu não conseguir também, vim pra cá comprei isso daqui, eu nunca acostumei aqui, e não vou acostumar porque eu não gosto daqui. Se fosse pra mim voltar pra lá, se eles me dessem vamos supor, um alqueiro de terra lá, eu voltava pra lá. Eu ainda voltava pra lá sabia? Porque eu gosto de lá, eu fui lá uma vez só, eu não fui nem onde nós morava, porque eu não quis ir lá lembrar. Aqui não tem comunidade, tem uma igreja católica aí, mas não é organizada não, aqui é tudo muito desorganizado. (Entrevistado, José Felix, 2020).

Aquele lugar que existia antes na comunidade Deus é Amor era fruto de um processo continuado de distintas territorialidades, um processo de construção de um lugar que é a representação íntima das experiências e das necessidades atuais e futuras não só do eu, mais também dos companheiros – familiares, amigos e compadres. Ou seja, pessoas ligadas por laços de amizades que tinham aspirações sociais semelhantes e lutavam para que aquele lugar alcançasse o desenvolvimento desejado pelas pessoas que contribuíram para sua consolidação.

Os sujeitos se importavam uns com os outros, de tal modo que eles definem uma estratégia para resistir ao posicionamento do empreendedor, entretanto, a força hegemônica do capital por ser mais forte os desarticula e esfacela a lógica de organização estabelecida. Assim, há concordância com Herrera (2016), quando aponta que:

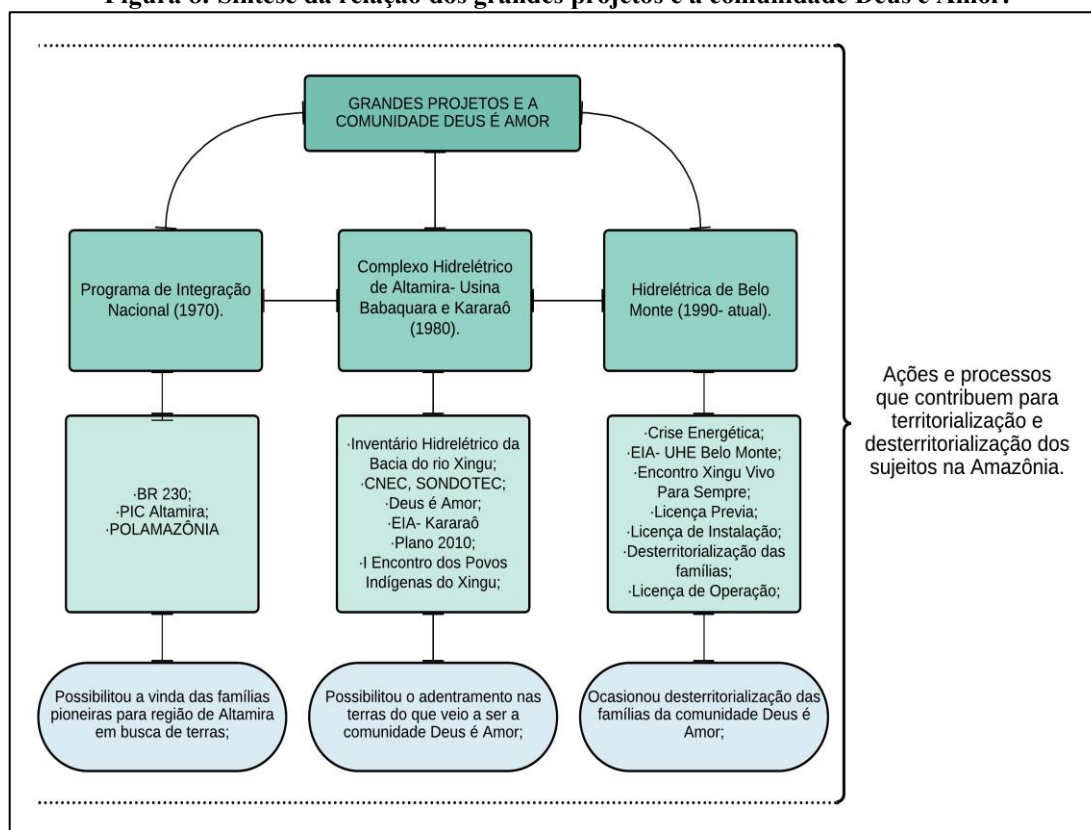
A transformação da terra feita pelo capital é sem dúvidas uma das mais perversas mazelas do capitalismo, pois no momento em que a terra deixa de ter seu valor social e passa ter valor como mercadoria, a desestruturação social é algo marcante, ocorrendo a expropriação de inúmeras famílias. (...) (HERRERA 2016, p. 142).

Um fator presente na transformação da Amazônia em face da expansão do capitalismo é a alteração no sistema exploratório, onde a exploração dos recursos naturais passa a se

intensificar, o que acaba por contribuir para além da devastação dos recursos naturais, a desapropriação de famílias de suas terras, como é o caso das famílias da comunidade Deus é Amor.

Em síntese, três grandes projetos marcam a história da comunidade Deus é Amor, história sistematizada na figura 8. Deve ser frisado que os objetos não são ações por si só, mas associadas ao conjunto de fatores em diferentes escalas, passando a determinar o ritmo das ações, mobilizando fluxos, pessoas, relacionamentos e formas de usos do espaço.

Figura 8: Síntese da relação dos grandes projetos e a comunidade Deus é Amor.



Fonte: Organizado pela autora, 2021.

Esses processos nos levam a compreender o movimento de territorialização e desterritorialização na Amazônia a partir da comunidade Deus é Amor, onde as políticas orquestradas pelo Estado hora possibilitam com que famílias cheguem a Amazônia e lutem por territorialidades, hora o Estado através de novas políticas desterritorializa essas mesmas famílias.

Considerações finais

Em tal contexto apresentado, tem-se a premissa de que a UHE Belo Monte, compreendida como evento econômico em Santos (2012), ao chegar no local reorganiza a paisagem, a configuração territorial, a dinâmica social, ou simplesmente o espaço geográfico (NAHUM; SANTOS, 2012). Esse evento é projetado verticalmente com o intuito de atender atores hegemônicos da economia, priorizando interesses externos, e ao chegar, altera o modo de vida e as relações sociais estabelecidas. Na localidade em estudo os sujeitos se veem subordinados a ordens externas, que suprimem seus interesses.

Durante a realização deste estudo com os ex-moradores da comunidade Deus é Amor se evidenciam o apego e o sentimento de pertencimento que os mesmos mantêm com o lugar, fruto das relações sociais que estabeleceram com o meio. Para Buttimer (1982), citado por Moreira e Espanhol (2008), as dimensões culturais, emocionais, políticas e biológicas permitem ao indivíduo possuir redes de interações baseadas no lugar. Mesmo diante das transformações, para o indivíduo e para a comunidade, a sensação de que as características antigas permanecem, reforçam a identidade com o lugar.

Com a pesquisa empírica foi possível verificar os mesmos elementos apontados pelos autores supracitados, pois os ex-moradores da comunidade Deus é Amor quando questionados se têm vontade de retornar às antigas localidades, para observar as mudanças em decorrência do processo de dominação pelo empreendimento, ou seja, como hoje está (des)configurado, os mesmos relatam que preferem permanecer com as lembranças do que era a comunidade do que vê a comunidade totalmente transformada e sem os traços que guardam na memória. Os sujeitos guardam na memória o passado e preservam o sentimento de pertencimento ao lugar. Assim, com a mobilidade se tornando praticamente uma regra, o lugar também pode ser concebido enquanto memória, se torna como quadros de vida (SANTOS, 2006).

Assim, ratifica-se a complexidade para a compreensão dos laços afetivos que ligam as pessoas a uma determinada porção do espaço, bem como interpretar as conexões advindas da globalização que reflete nas formas espaciais e econômicas que influenciam e por vezes modificam as formas de ser e viver das pessoas no espaço geográfico afetivo.

No caso dos ex-moradores da comunidade Deus é amor o que está em questão não é o capital financeiro – a renda básica das famílias entrevistadas se ampliou com o advento de Belo Monte, mas é além, são as bases imateriais, pois mesmo com padrões de vida ampliados economicamente, os ex-moradores relatam com unanimidade que se a eles tivessem dado o direito de escolha, estes estariam na comunidade até hoje.

Pondera-se, dessa maneira, que a construção da UHE Belo Monte modificou as estruturas produtivas, as condições de vida das pessoas afetadas e reorganizou os espaços, provocando rupturas e esfacelamentos da ordem existente no local.

Compreende-se, a partir desses aspectos, que a Amazônia ao ser definida como área de progresso econômico, onde são executados projetos que são desconexos a realidade local, traz para a sociedade impactos econômicos e sociais que não são passíveis de reparação, como é o caso da área em estudo, onde houve com esse empreendimento um processo de desestruturação e perdas imateriais, que forçou os sujeitos obrigados a se inserirem em novos locais sem relações pré-estabelecidas.

A trajetória da comunidade Deus é Amor explicita as contradições do modelo de desenvolvimento imposto à Amazônia, baseado na implantação de grandes projetos que desconsideram as territorialidades locais. Mesmo diante de promessas de progresso e compensações financeiras, o processo de desterritorialização provocado pela UHE Belo Monte resultou em perdas sociais, culturais e identitárias que não podem ser reparadas monetariamente.

A Geografia crítica, ao evidenciar os conflitos e resistências decorrentes dessas intervenções, contribui para a construção de outras narrativas sobre o território e para a valorização dos saberes e experiências das populações atingidas. Reconhecer os sujeitos amazônidas como protagonistas de seus territórios é condição fundamental para pensar políticas públicas mais justas e territorialmente referenciadas.

Referências

A HISTÓRIA DE BELO MONTE – CRONOLOGIA. Disponível em: <https://www.norteennergiasa.com.br/pt-br/uhe-belo-monte/historico>. Acesso em: 24 de jan. 2020.

CALVI, M. F. (2019). **(Re)organização produtiva e mudanças na paisagem sob influência da Hidrelétrica de Belo Monte.** 53(9), 1689–1699.

EIA – Estudo de Impacto Ambiental. Aproveitamento Hidrelétrico Belo Monte. Diagnóstico da Área Diretamente Afetada/ADA. Meio Socioeconômico e Cultural – ADA rural, dezembro 2008c. Volume 24, 529p. <Disponível em:http://siscom.ibama.gov.br/licenciamento_ambiental/UHE%20PCH/Belo%20Monte/EIA/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

FAINGUELERNT, M. B. A. **A trajetória histórica do processo de Licenciamento Ambiental da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.** Ambiente & sociedade, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 245- 264, jun. 2016.

Fearnside, P.M. 2018. **A Barragem de Belo Monte: Lições de uma Luta por Recursos na Amazônia.** pp. 37-82. In: J.A. Herrera, M.M.A. Cavalcante (eds.) Hidrelétricas na Amazônia: Implicações territoriais nas áreas de influencias das usinas nos rios Xingu (Pará) e Madeira (Rondônia). GAPTA & Universidade Federal do Pará, Belém, PA & Clube de Autores Publicações, Joinville, SC. 273 pp.

GONÇALVES, C. W.P. **Amazônia, Amazônias.** 1ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

HAESBAERT, R. 1958- **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade** / Rogério Haesbaert. – 11ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019. 396 p.

_____. **Dilemas de conceitos: espaço-território e contenção territorial.** In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) território e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 1ª ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009. p. 95-120. 2009.

_____. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade.** In: Heidrich, Álvaro et al. (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a ressignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.

_____. **Des-caminhos e perspectivas do Território.** In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. Território e Desenvolvimento: Diferentes abordagens. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

_____. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014 a.

_____. **Concepções de território para entender a desterritorialização.** In: SANTOS, M. et al. Território, territórios: ensaios sobre ordenamento territorial. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. p. 43-70.

Hébette, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**/Jean Hébette. – Belém: EDUFPA, 2004.

HERRERA, J. A; GUERRA, G. A D. **Exploração agrícola familiar e o processo de ocupação da região Transamazônica.** N0. 14. Textos do NEAF. UFPA. Belém. 2006. 13 p.

HERRERA, J. A; SANTANA, N.C. **Empreendimento hidrelétrico e famílias ribeirinhas na Amazônia: desterritorialização e resistência à construção da hidrelétrica Belo Monte, na Volta Grande do Xingu.** GEOUSP: Espaço e Tempo (Online), v. 20, n. 2, p. 250-266, 2016.

HERRERA, J. A. **A estrangeirização de terras na Amazônia Legal Brasileira entre os anos 2003 e 2014.** Campo-Território: Revista de Geografia Agrária. Ed. Especial, p. 136-164, jun. 2016.

MARQUES, Gilberto de Souza et al. **Estado e desenvolvimento na Amazônia: a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira.** 2007.

MIRANDA NETO, J. Q. de. (2016). **Os nexos de Re-estruturação da cidade e da rede urbana: o papel da Usina Belo Monte nas transformações espaciais de Altamira PA e em sua região de influência.** 370 f.: il.

MOREIRA, P. R. **Desterritorialização do Baixão do Tufi: Da formação espacial aos novos Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUCs) em Altamira/PA.** Dissertação de mestrado. Belém, 2018.

MOREIRA, R. **Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo.** etc..., espaço, tempo e crítica, Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas. Nº 1(3), VOL. 1, p. 55-70, junho, 2007.